



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9544

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: José Marcos Martins de Freitas

Data: 25/08/2020

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 85/2020. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal ao “Instituto Marcos Barboza”. (Referente à Lei nº 5.300, de 02/09/2020).

Controle Interno – Caixa: 25.14

Posição: 26

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Utilidade pública
CX: 25.14
Ordem: 26
nº fls: 36



Nº 71/2020

01.09.2020

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 5.300, de 02/09/2020

PROJETO DE LEI Nº 85/2020

AUTOR:

Ver. José Marcos Martins de Freitas

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao
Instituto Marcos Barboza.

MOVIMENTO

- 1 - em 25/08/2020
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 - AMOVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 4 - EM 01.09.2020.
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI N.º 85 /2020

“Concede Título Declaratório de Utilidade Pública”

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação do **“INSTITUTO MARCOS BARBOZA”** inscrita no CNPJ sob nº 33.811.721/0001-30, funciona regularmente na Av. São Judas, nº 1078 no bairro São Judas Tadeu na cidade de Montes Claros MG CEP: 39.402.558 desde 03/06/2019.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal 19 de Agosto de 2020


José Marcos Martins de Freitas
Vereador



28

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 25 DE AGOSTO DE 2020

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
RÉGIME DE URGÊNCIA
EM 01 DE SETEMBRO DE 2020

PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 85/2020 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública ao Instituto Marcos Barboza”, de Autoria do Vereador José Marcos Martins de Freitas.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública à Associação Comunitária dos Moradores do Sol Nascente.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 26 de agosto de 2020.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 85/2020

AUTOR: Ver. José Marcos Martins de Freitas

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Marcos Barboza”.

I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 25/08/2020 com entrada na Sala das Comissões no dia 26/08/2020.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal ao Instituto Marcos Barboza.

Nos termos do art. 3º do estatuto, a referida entidade tem, dentre outros, o objetivo “Promover a assistência social e atividades abrangidas pela Lei Federal nº 8.742, de 06 de julho de 2011- Lei Orgânica de Assistência Social, oferecer programas de inclusão Social, Esportiva, Cultural e Profissional entre jovens visando mobilizar recursos e verbas, especialmente de populações excluídas e em situações vulneráveis, inclusão produtiva e geração de renda, distribuição gratuita de vulneráveis, inclusão produtiva e geração de renda, distribuição gratuita de benefícios adquiridos junto aos órgãos municipais, estaduais, federais, iniciativa privada e pessoas físicas; orientação e apoio sociofamiliar, serviços de fortalecimento de vínculos, segurança alimentar e nutricional, hortas domésticas e comunitárias, atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, tendo a centralização na família”.

Neste sentido, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de e atende os requisitos legais previstos em lei para a concessão do título.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2020

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito _____

Vice-Presidente : Ver. Maria Helena de Quadros Lopes _____

Relator: Ver. Martins Lima Filho: _____